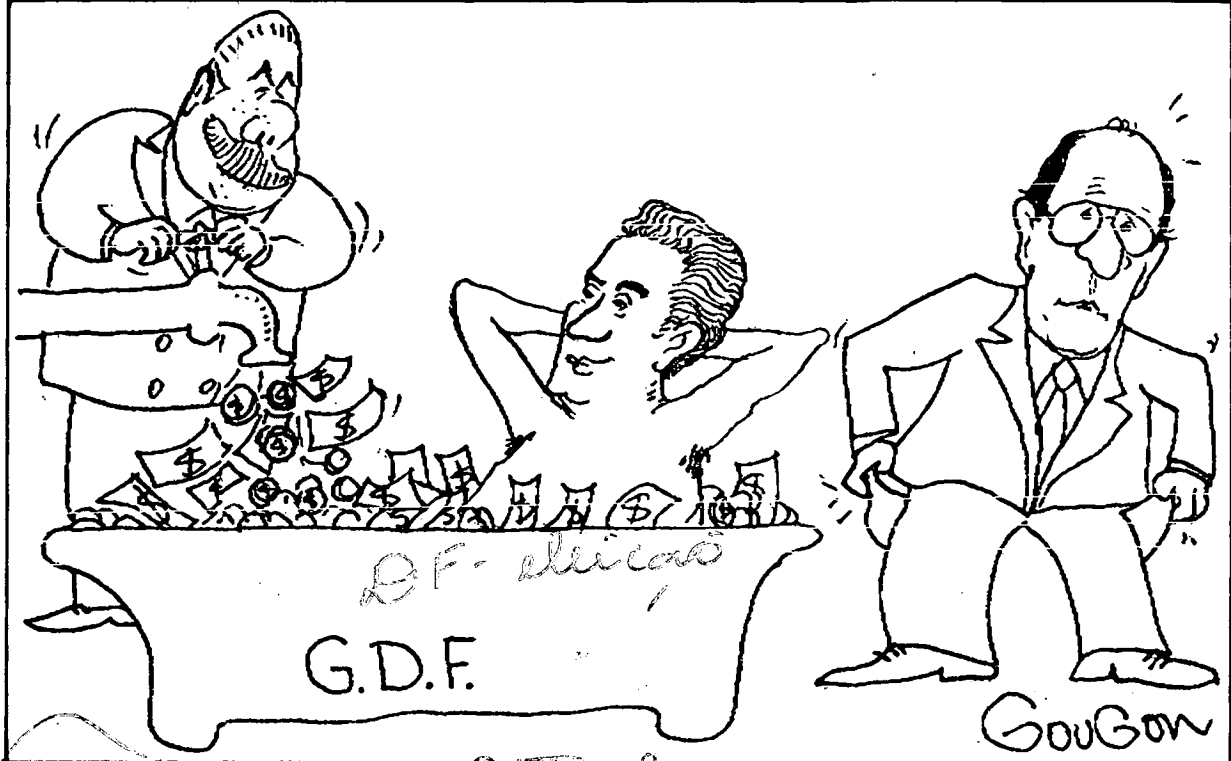


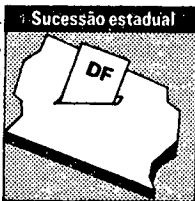


Distrito Federal prepara primeira festa das urnas

Novo presidente vai nomear último governador biônico, antes da eleição direta do próximo ano

GRAÇA RAMOS

BRASÍLIA — Os eleitores da capital e das oito cidades-satélites que compõem o Distrito Federal viverão em 15 de novembro de 1990 uma experiência inédita: a escolha, por voto direto, do primeiro governador eleito em 30 anos de existência de Brasília. Antes de irem às urnas, porém, os cerca de dois milhões de habitantes do Distrito Federal terão de conviver com o último governador biônico da história do País — a ser escolhido em 15 de março pelo novo presidente da República.



Mais do que em qualquer outro Estado, a sucessão neste pedaço do País que concentra todas as decisões governamentais depende, fundamentalmente, do resultado das eleições presidenciais. O nome do político que ocupará o Palácio do Buriti nos dez meses que separam 15 de março de 15 de novembro do próximo ano só será conhecido após a escolha do sucessor de Sarney. Mas não há dúvidas de que este último biônico terá papel decisivo na escolha do governador que será eleito pelo voto direto.

A escolha do governador passará, também, pela eleição parlamentar — a partir do próximo ano o Distrito Federal terá sua própria Assembléia Legislativa, formada por deputados distritais, que correspondem aos deputados estaduais. Como muitos partidos têm nomes fortes individualmente, mas poucas chances de eleger seus deputados sem coligações, os políticos trabalham em duas frentes: jogam seu apoio nos

candidatos presidenciais de maior conveniência e preparam articulações que possam garantir uma bancada forte.

Nos bastidores a movimentação é encabeçada por nomes já conhecidos — como o do governador nomeado em setembro do ano passado, o goiano Joaquim Roriz (PMDB) — e outros que brigam por um lugar de destaque entre o eleitorado. O próprio Roriz aparece como forte candidato ao Buriti. Sem grande penetração na classe média, ele vem desenvolvendo um trabalho que tem agradado os eleitores da classe baixa. E sonha unir o PMDB e o PSDB.

O empecilho para Roriz, no PSDB, é o senador Pompeu de Souza, com quem desentendeu-se há três meses por causa

de assentamentos de terra. Conversa com outros parlamentares tucanos, como Geraldo Campos, mas ainda terá de aparar muitas arestas para fechar a sonhada coligação.

O senador do PDT Maurício Corrêa trabalha em outra frente e tenta se articular com partidos de esquerda. "O ideal é a formação de uma ampla frente progressista, mas no futuro tudo é possível", diz. Corrêa vive confidenciando com o deputado comunista Augusto Carvalho e tem bom trânsito junto ao deputado Walmir Campello, do PTB. Na primeira eleição de Brasília, em 86, Corrêa foi o político mais votado.

A idéia de uma frente ampla é avalizada pelo PCB, que, no entanto, prefere dar outra conotação ao nome — "frente democrática". Augusto Carvalho espera tirar proveito do bom relacionamento que seu partido tem com outras legendas. O PT, porém, encontra dificuldades criadas pelo seu próprio candidato, o professor Lauro Campos. Campos renunciou na semana passada à possibilidade de candidatar-se por discordar da política do partido em relação à campanha presidencial — que pretendia ver mais agressiva. Nada impede, porém, que Campos volte atrás ou mesmo que o PT participe de uma frente.

Do desempenho do liberal Guilherme Afif Domingos vão depender as candidaturas do ex-governador biônico Elmo Serejo, apoiado pela Associação Comercial, ou do suplente de senador pelo PMDB, Lindberg Aziz Cury, empresário e ex-presidente da Associação.

A ciranda de nomes completa-se com um coringa que pode sair das mangas de Fernando Collor de Mello. Se eleito, Collor pode indicar seu amigo Paulo Octávio — poderoso empresário do ramo imobiliário — em março e preparar o terreno para tentar eleger nas urnas outro empresário, Luiz Estevão de Oliveira Neto — que, aliás, costuma ajudar financeiramente campanhas de candidatos de diferentes legendas.